

Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)



A Influência da Comunicação 2

Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)



A Influência da Comunicação 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I43 A influência da comunicação 2 [recurso eletrônico] / Organizador
 Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

 Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-32-4
 DOI 10.22533/at.ed.324201003

 1. Comunicação – Pesquisa – Brasil. 2. Jornalismo. I. Silva,
 Marcelo Pereira da.

CDD 303.48

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Etimologicamente, a palavra “influência” deriva do ato ou efeito de influir, ação que uma pessoa, organização e/ou ator social exerce sobre outrem. Liga-se ao prestígio, ao crédito, à ascendência, ao predomínio e ao poder. Poderíamos dizer, assim, que pensar a influência da Comunicação remete a um universo caleidoscópico, investido de nuances que envolvem sujeitos, nações, narratologias, mídias virtuais e de massa, jornalismo, comunicação pública, publicidade, cinema, produção audiovisual, relações públicas, marcas, etc.

Destarte, este e-book intitulado “A influência da Comunicação 2”, comunga estudos, olhares e análises de pesquisadores de todo Brasil que trafegam pelos campos do jornalismo, da comunicação pública e política, das mídias emergentes, do bios virtual e das práticas/experiências do consumo, contribuindo para a elaboração de uma obra que debate o estatuto da Comunicação em um contexto cada vez mais midiático e permeado pela cultura de consumo.

Carecemos de uma renovação das condições teóricas, epistemológicas, profissionais e metodológicas da Comunicação e do fulcral laço social, tão frágil nas sociedades expostas aos imprevisíveis ventos da globalização, da midiática e do consumo sem bússola. Desta perspectiva, podemos produzir mecanismos analíticos, dados e informações que geram impacto social e auxiliam no entendimento, mas, também, na construção de um mundo melhor e mais justo.

(Re)conhecer a influência da Comunicação para a sociedade, as organizações, os Estados-nação e os sujeitos, tornou-se *sine qua non* para a gestação da paz, a redução das desigualdades econômicas, culturais e sociais. Assim como a política perpassa o tecido social, a Comunicação, igualmente, se entrama por esse tecido, o define, o significa, o ressignifica e o constitui.

Necessitamos admitir os desafios, desvios e dificuldades da Comunicação, abraçando as oportunidades, esperanças, possibilidades e influências que dela efluem.

Marcelo Pereira da Silva

CAPÍTULO 1	1
“VOCÊ VÊ. VOCÊ LÊ. VOCÊ OUVI”: A CONVERGÊNCIA ENTRE RÁDIO, ON-LINE E JORNAL EM GAÚCHAZH	
Guilherme Jancowski de Avila Justino Luiz Artur Ferraretto	
DOI 10.22533/at.ed.3242010031	
CAPÍTULO 2	14
APONTAMENTOS E INFERÊNCIAS PARA UMA TEORIA DA DOGMATIZAÇÃO NA LINGUAGEM JORNALÍSTICA	
Marcos Reche Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.3242010032	
CAPÍTULO 3	27
DE ELOÁ A ELAINE: IMPRENSA E O ASSASSINATO DE MULHERES BRASILEIRAS	
Nealla Valentim Machado	
DOI 10.22533/at.ed.3242010033	
CAPÍTULO 4	40
REGIONALIZAÇÃO E REDAÇÕES CONVERGENTES: ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO	
Amanda Lais Pereira Noletto Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3242010034	
INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA	
CAPÍTULO 5	52
COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA INTERCESSÃO NECESSÁRIA À DEMOCRACIA	
Kênia Augusta Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.3242010035	
CAPÍTULO 6	63
O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	
Petter Ricardo de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3242010036	
CAPÍTULO 7	76
DISCURSOS POLÍTICO-EDUCACIONAIS NO FACEBOOK E NO TWITTER DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	
Karen dos Santos Correia Douglas Junio Fernandes Assumpção	

Analaura Corradi

DOI 10.22533/at.ed.3242010037

CAPÍTULO 8 89

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS: UMA ANÁLISE DAS *FANPAGES* DE UNIVERSIDADES FEDERAIS MINEIRAS

Pedro Augusto Farnese de Lima

Laura Chediak de Souza Trevisani

DOI 10.22533/at.ed.3242010038

CAPÍTULO 9 103

O CINEMA IRANIANO DE ABBAS KIAROSTAMI E JAFAR PANAHÍ: ESTRATÉGIAS DE UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Kaio César Monteiro Orsini

DOI 10.22533/at.ed.3242010039

INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS DE CONSUMO, MARCAS E PUBLICIDADE

CAPÍTULO 10 116

CLUBE DA ALICE: COMO O GRUPO NO *FACEBOOK* INFLUENCIOU O COMPORTAMENTO DE CONSUMO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE MULHERES CURITIBANAS

Bruna Marrocos Slongo

DOI 10.22533/at.ed.32420100310

CAPÍTULO 11 126

COMUNICAÇÃO PERSUASIVA E MERCADOLÓGICA: FOLKCOMUNICAÇÃO E FOLKMARKETING NO FESTIVAL DE PARINTINS – AM

Ana Paula Almeida Miranda

DOI 10.22533/at.ed.32420100311

CAPÍTULO 12 141

A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR COMO PROCESSO COMUNICATIVO, INTERACIONAL E INTERATIVO: CONSIDERAÇÕES NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA

Solange de Fátima Wollenhaupt

Lúcia Helena Vandrúsculo Possari

DOI 10.22533/at.ed.32420100312

CAPÍTULO 13 152

PUBLICIDADE INFANTIL: PANORAMA DE PEÇAS APÓS A PROIBIÇÃO LEGAL

Juliane de Sousa Ramos

Jhonatan Oliveira Domingos

Tatiane Munhoz Freitas

Aguinaldo Pettinati

DOI 10.22533/at.ed.32420100313

A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NO BIOS VIRTUAL – ANÁLISES E CASOS

CAPÍTULO 14	155
MIDIATIZAÇÃO, (IN)COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA CASA DO BRASIL DE LISBOA E DAS MULHERES IMIGRANTES BRASILEIRAS EM PORTUGAL	
Jéssica de Cássia Rossi Marcelo Pereira da Silva Raquel Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.32420100314	
CAPÍTULO 15	169
O DEBATE ON-LINE SOBRE A ÉTICA NA CIÊNCIA NO CASO HE JIANKUI: OPORTUNIDADES, LIMITES E DESAFIOS DA POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	
Renata de Lima Sousa Ivânia Maria Carneiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32420100315	
CAPÍTULO 16	184
FEMINISMO, ATIVISMO ONLINE E ORGANIZAÇÕES EM AMBIÊNCIA DIGITAL: USO DAS HASHTAGS #ASSÉDIOÉCRIME E #NÃOÉNÃO NO CARNAVAL 2018	
Gisela Maria Santos Ferreira de Sousa Maria do Carmo Prazeres Silva	
DOI 10.22533/at.ed.32420100316	
CAPÍTULO 17	196
BOLSONARO: ANTAGONISMOS EM SEU PRÓPRIO GOVERNO	
Gabriel de Medeiros Vaz Rafael Rocha Jaime	
DOI 10.22533/at.ed.32420100317	
CAPÍTULO 18	207
FOTOGRAFIA DE FAMÍLIA ENQUANTO <i>HABITUS</i> DENTRO DO NOSSO AMPLO PRESENTE	
Emmanuel Alencar Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.32420100318	
INFLUÊNCIA DE MÍDIAS EMERGENTES, CINEMA E NARRATOLOGIA	
CAPÍTULO 19	217
POR QUE MARATONAMOS? REFLEXÕES SOBRE <i>BINGE WATCHING</i> A PARTIR DA ABORDAGEM DO USO E GRATIFICAÇÕES	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.32420100319	
CAPÍTULO 20	230
CHANTAL AKERMAN E O CINEMA INTELECTUAL EISENSTEINIANO	
Izabele Caroline Leite Medeiros Laís Rodrigues Coelho Pêgas	
DOI 10.22533/at.ed.32420100320	

CAPÍTULO 21	241
NO BAIRRO E NO MUNDO, ATIVIDADE ARTÍSTICA JURUNENSE: DE GABY AMARANTOS À LEONA VINGATIVA	
Izabele Caroline Leite Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.32420100321	
CAPÍTULO 22	251
ESTRUTURAS NARRATIVAS E ENGAJAMENTO EM HUMANS OF NEW YORK	
Emilio José de Sant’Anna Neto	
DOI 10.22533/at.ed.32420100322	
CAPÍTULO 23	264
STREAMING E NARRATIVA COMPLEXA: UMA ANÁLISE DE <i>A MALDIÇÃO DA RESIDÊNCIA HILL</i>	
Alexandre Tadeu dos Santos	
Matheus Fonseca Bolentine	
DOI 10.22533/at.ed.32420100323	
CAPÍTULO 24	277
AS NOVAS MÍDIAS E A INTERATIVIDADE COGNITIVA: ALIKE	
Ana Elisa Pillon	
Luciane Maria Fadel	
Vania Ribas Ulbricht	
DOI 10.22533/at.ed.32420100324	
SOBRE O ORGANIZADOR	285
ÍNDICE REMISSIVO	286

DE ELOÁ A ELAINE: IMPRENSA E O ASSASSINATO DE MULHERES BRASILEIRAS

Data de aceite: 02/03/2020

Data de submissão: 25/11/2019

Nealla Valentim Machado

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Faculdade de Comunicação e Artes (FCA),
Programa de Pós-Graduação em Estudos de
Cultura Contemporânea (ECCO),
Cuiabá- Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/7174286634881540>

RESUMO: Os dados sobre violência no Brasil, divulgados em 2019, mostram um aumento significativo no número de assassinatos de mulheres em nosso país, nos últimos 10 anos. O presente trabalho resgata e analisa duas coberturas midiáticas sobre um feminicídio e uma tentativa de feminicídio - o caso Eloá Pimentel e o caso Elaine Caparroz - para investigamos como as narrativas jornalísticas sobre esses casos espelham os modos de descrever realidades sociais características. Conceituamos o feminicídio como a violência sistêmica e letal contra as mulheres e contra o feminino, e percebemos que o jornalismo brasileiro, entendido como prática que traduz uma realidade, participa dessa construção social e continua reverberando antigas categorias de gênero e justificando práticas de violência contra as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: feminicídio, jornalismo, violência, comunicação.

FROM ELOÁ TO ELAINE: PRESS AND THE MURDER OF BRAZILIAN WOMEN

ABSTRACT: Data on violence in Brazil, released in 2019, show a significant increase in the number of female murders in our country over the past 10 years. The present paper rescues and analyzes two media coverage about a femicide and an attempt at femicide - the case of Eloá Pimentel and the case of Elaine Caparroz - to investigate how the journalistic narratives about these cases mirror the ways of describing characteristic social realities. We conceptualize femicide as systemic and lethal violence against women, and we realize that Brazilian journalism, understood as a practice that reflects a reality, participates in this social construction and continues to reverberate old gender categories and justify practices of violence against women.

KEYWORDS: femicide, journalism, violence, communication

1 | INTRODUÇÃO

Os dados mais recentes do Ministério da Saúde, liberados em junho de 2019 e referentes ao período entre 2007 a 2017, mostram um aumento de 20,7% no número de

assassinatos de mulheres na última década no Brasil. Em 2017, foram registrados cerca de 13 assassinatos de mulheres por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas por homens em território nacional, o maior número registrado desde 2007¹. A Organização das Nações Unidas (ONU) define feminicídio como “o assassinato de mulheres por serem mulheres”. E que geralmente esse assassinato é precedido de outros atos de violência, como a violência sexual e/ou psicológica em um processo de escalonamento.

Como já foi dito atingimos um pico em relação ao número de mulheres assassinadas em território nacional, e esse aumento se deu sobretudo entre as mulheres negras. O aumento em relação a essa população específica cresceu mais de 60% em uma década, em comparação com um crescimento de 1,7% nos assassinatos de mulheres não negras.

Quando analisados os dados específicos referentes ao ano de 2017, descobriu-se que das quase 5 mil mulheres assassinadas, 53,8% foram mortas com armas de fogo e 26,8% com objetos cortantes, ou seja, mais da metade dos assassinatos foi utilizada violência extrema direcionada ao corpo das mulheres. De acordo com Alane Teixeira Reis e Naiara Leite Costa (2018), parte dos crimes praticados por feminicidas apresentam características de violência direcionada: são infligidos golpes que atingem regiões específicas do corpo feminino como seios e vulvas, rosto, cabelo e boca. Essa violência é significativa pois demonstra, que mesmo de forma subjetiva, os homens agressores tentam eliminar o que representa o feminino que existe nessas mulheres, da forma mais violenta encontrada.

De acordo com Margarita Bejarano Celaya (2014), a violência feminicida é uma situação progressiva que pode resultar no assassinato de mulheres. E esse é um mecanismo efetivo que mantém as mulheres sobre o controle dos homens e o controle do Estado. Feminicídio, para a autora, é um ato que corta o exercício de direitos das mulheres e as priva do direito à vida. “*La violencia contra las mujeres ha sido una constante en la historia humana, y un mecanismo efectivo mediante el cual se ha mantenido su subordinación ante la supremacía de lo masculino*”. (CELAYA, p 18. 2014).

Segundo Izabel Solyszko Gomes (2017), existem três vertentes de reconhecimento dentro dos estudos feministas, para se teorizar e direcionar políticas públicas de combate ao feminicídio. A primeira vertente tenta reconhecer o fenômeno a partir de todas as mortes violentas de mulheres - não somente o assassinato de mulheres, mas a mortalidade materna, mortes por abortos malsucedidos etc.- cuja ocorrência tem como causa principal a discriminação e as desigualdades de gênero.

A segunda vertente, ainda de acordo com Gomes (2017), reconhece o

¹ Dados do Ministério da Saúde compilados pelo Atlas da Violência, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2019.

fenômeno do feminicídio somente a partir do assassinato de mulheres, para compreender o conjunto de singularidades que os compõem. E a terceira vertente compreende a temática da judicialização dos assassinatos de mulheres, como da própria teorização da temática, e de como pensar epistemologicamente o feminicídio por meio de teorias feministas. Em comum, Gomes (2017) vai nos dizer que todas essas vertentes querem destacar a letalidade dessa violência direcionada contra um gênero específico e a não acidentalidade dessa violência direcionada ao feminino.

Tania Teixeira Laky de Souza (2016) afirma que, tal qual o termo ‘genocídio’, o termo ‘femicídio’ nos faz remeter para a ocorrência de processos com ampla incidência, ou seja, eventos sociais que podem ser contados quantitativamente, como os dados do Ministério da Saúde nos provam, para padrões de procedimentos (mortes por arma de fogo, torturas, abusos sexuais e etc) motivados por interesses concretos, contra gêneros (etnias, nacionalidades) específicos, e em contextos temporais e territoriais definidos.

Nesse sentido, o feminicídio ocorre não por motivos circunstanciais que poderiam advir de comportamentos misóginos, discriminatórios e de submissão da mulher em face das representações de dominação do patriarcado, mas, sim, devido a uma postura generalizada que perpassa o universo das instituições. O cenário de feminicídio perpetua-se através das práticas violentas e disseminadas sobre a mulher, na impunidade, na cumplicidade do poder público e na ausência de políticas de permitam preveni-lo e combatê-lo. (LAKY de SOUSA, 2016, p .16).

Dessa forma, não podemos nos abster de refletir sobre como as instituições estão colaborando, ou não, para o combate a essa violência letal direcionada especificamente a metade da população. Nesse sentido, a mídia tem um papel fundamental na construção de realidades sociais específicas. Seguindo essa linha de pensamento, investigamos como as narrativas jornalísticas sobre casos de feminicídio espelham os modos de descrever uma realidade social característica, que no caso é a violência sistêmica e letal contra as mulheres e contra o feminino, e como o jornalismo, entendido como prática que traduz uma realidade, participa nessa construção social (Berger & Luckmann, 2003), que na maioria das vezes continua reverberando antigas categorias de gênero e justificando práticas de violência.

Este trabalho vai analisar dois casos de grande repercussão midiática. Um que aconteceu antes da lei do feminicídio e outro depois que essa legislação já tinha sido instaurada. Dois casos marcantes do jornalismo policial no Brasil, que apresentam duas mulheres completamente diferentes em relação a todos os demarcadores sociais (idade, etnia, renda) e mesmo assim ambas sofreram violências letais contra seus corpos. Nossa intenção é relacionar os dados do Atlas da violência de 2019, que mostram o crescimento no número no assassinato de mulheres nos últimos 10 anos, com a forma que a mídia narrou (e muitas vezes continua contando) o caso do

assassinato, ou da tentativa de assassinato de mulheres.

Nosso ponto de reflexão neste artigo é como a mídia transmite as informações midiáticas, que acabam construindo no imaginário social as personagens dos crimes de feminicídio e a exposição dos corpos das mulheres diante um *modus operandi* violento conduzido pelos homens. Devemos refletir sobre como os meios de comunicação continuam a reproduzir certos valores de gênero que reforçam a invisibilidade de alguns grupos de mulheres que sofrem violências de finalidade letal (com algumas sobrevivendo e sofrendo as consequências para o resto da vida), bem como as interseccionalidades de raça, classe e sexualidade, que na maioria das vezes não é explicitada nos meios de comunicação, reafirmando as relações de poder que são preestabelecidas socialmente, nas quais homens dominam e matam o feminino na sociedade.

2 | JORNALISMO E A CATEGORIA FEMINICÍDIO

O jornalismo, como já foi dito, é uma prática que tem como mote a tradução de realidades sociais e dessa forma a construção e a constituição dessas realidades (Berger & Luckmann, 2003). Nesse sentido, é uma prática social transfronteira, ou seja, a linguagem jornalística mobiliza outros sistemas simbólicos além da comunicação linguística (Lage, 1993) como a imagem, o som, o vídeo etc. Lage (1993) nos fala ainda que a produção jornalística só se torna possível e possui sentido quando o objetivo do trabalho se desloca da obra (texto, vídeo, fotografia, áudio) para o consumidor (ou leitor, ouvinte, telespectador), finalizando o ciclo no qual a necessidade da prática jornalística é levar informação ao público. Dessa forma, o conteúdo jornalístico (informação, interpretação, opinião) é o que vai dar sentido a forma e a todo o conjunto da produção jornalística.

Forma e conteúdo trabalham em conjunto para a construção de sentido de determinadas realidades sociais e de como elas vão ser transmitidas para outras pessoas. Contudo, não podemos nos esquecer que o jornalismo é uma prática inserida dentro de contextos sociais já pré-determinados que associam comportamentos, valores, atitudes a gêneros/etnias/idades específicos, e as representações midiáticas ajudam a formular o que reconhecemos como feminilidades e masculinidades, reiterando desigualdades de gênero através das relações de poder já pré-estabelecidas socialmente.

Ou seja, o jornalismo enquanto prática e instituição social tem o poder de nomear, de criar categorias, de definir significados; tem também o poder de dizer o que é importante, o que é relevante socialmente. Essa capacidade de definir, ou no mínimo guiar o imaginário social para o que deve ser considerado relevante, grave, como crime ou não, e é de extrema importância quando falamos do assassinato de

mulheres, e de como essa questão se alastra socialmente e pode ou não causar comoção social.

De acordo com Segato (2006, p. 04), é necessário demarcar na totalidade dos meios de comunicação que, no universo de situações de violência em nossa sociedade, determinados crimes só podem ser verdadeiramente compreendidos quando pensados dentro do contexto de poder patriarcal. Assim, é fundamental compreendermos esse contexto para entendermos a categoria dos feminicídios (assassinatos de mulheres), como crimes de ódio, da mesma forma como são (ou também deveriam ser) entendidos os crimes de racismo e de homofobia.

“En este sentido, los crímenes del patriarcado o feminicídios son, claramente, crímenes de poder, es decir, crímenes cuya dupla función es, en este modelo, simultáneamente, la retención o manutención, y la reproducción del poder. (SEGATO, 2016, p. 4).

A autora ainda destaca que esses crimes de ódio acontecem, principalmente, quando a mulher demonstra qualquer tipo de autonomia sobre seu corpo, principalmente relacionado a ideia de fidelidade e de celibato dentro de relacionamentos afetivos ou sexuais com homens, fazendo assim com que os feminicídios façam parte da famigerada categoria de “Crimes contra a honra masculina”², que durante muitos anos sobreviveram nas legislações da América Latina e do Brasil.

A letalidade da violência de gênero contra as mulheres passou a ser nomeada enfaticamente como feminicídio na América Latina apenas a partir dos anos 2000, em processos bastante singulares em cada país, sendo o Brasil um dos últimos países a incorporar a terminologia em sua legislação e seus meios de comunicação. A Lei do Feminicídio foi tipificada a partir do momento da configuração da Lei nº 8305/2014 aprovada em 09 de março de 2015, que se configura como homicídio qualificado de mulheres, uma vez praticado pelo companheiro ou ex companheiro, por razões da condição do sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar, bem como o menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Segundo Segato (2006), a relevância estratégica da politização dos homicídios de mulheres é indiscutível, pois essa visibilidade enfatiza que esses crimes ocorrem em um sistema social no qual poder e masculinidades são sinônimos. Eles impregnam

2 A título de conhecimento: A expressão “mulher honesta” ainda estava presente no Código Penal (CP) ao tratar de vítimas de delitos sexuais, como o “raptor violento”, até o ano de 2009. A expressão “mulher virgem” também estava presente no Código Penal até 2009, referida aos crimes de sedução. O adultério foi criminalizado até 2005, e a revogação se deu pela Lei nº 11.106/2005. Os delitos de cunho sexual, embora se refiram à liberdade sexual (parte integrante dos direitos humanos), ainda integravam os “Delito contra os Costumes”, da parte especial do Código Penal. Delitos contra os costumes é uma expressão que implica uma ordem moral vigente, especialmente uma ordem patriarcal que entende as mulheres como propriedades dos homens. E na parte geral, o artigo 107, inciso VII, do Código Penal, mantém também a possibilidade, via um dispositivo legal, que determina a extinção da punibilidade pelo casamento do agente com a vítima em todos os delitos sexuais, chamados ainda de crimes contra os costumes, concepção finalmente extinta pela Lei nº 11.106/2005. (Lodetti, A. S., Monte, L. E., Lago, M. C. S., & Toneli, M. J. F. 2018)

o ambiente social com misoginia e de acordo com a autora, misoginia nesse contexto é o ódio ao corpo feminino e os atributos associados às feminilidades (SEGATO, 2006, p 3).

De acordo com Vera França (2012), a nova realidade midiática (e a mídia como espaço de repercussão e criação de acontecimentos) incide na configuração e dinâmica da realidade de nossa vida cotidiana, e na forma de convivência e atravessamento entre as múltiplas realidades que compõem o mundo da vida, transformando assim essas tragédias na vida dessas mulheres em acontecimentos, em um sentido mais pragmático e social. Esses acontecimentos noticiados dessa forma fazem pensar, suscitam sentidos, e nos fazem agir (têm uma dimensão pragmática). E tais ocorrências curto-circuitam o tempo linear; ocorrendo no nosso presente, eles convocam um passado e reposicionam o futuro (FRANÇA, 2012, p 14). Os acontecimentos midiáticos aparecem como uma maneira de significar e explicitar as relações sociais que já acontecem, demonstrando de maneira prática o quanto as instituições midiáticas pensam e conduzem o imaginário social nas relações assimétricas entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

3 | CASO ELOÁ: JUVENTUDE E NEGRITUDE

Eloá Cristina Pimentel³, de 15 anos, e a amiga Nayara Silva, da mesma idade, foram sequestradas por Lindemberg Fernandes Alves, com 22 anos na época, no dia 13 de outubro de 2008. Moradora de Santo André, no interior de São Paulo, em uma área periférica, ela foi vítima do mais longo sequestro em cárcere privado já registrado pela polícia do Estado; foram mais de 100 horas (5 dias). Eloá foi sequestrada, mantida em cárcere privado e posteriormente morta por seu ex-namorado, sete anos mais velho, que não aceitava o término do relacionamento. Eles namoraram por dois anos e meio e Lindemberg já havia a agredido Eloá antes, mas foi denunciado.

O cárcere e posterior assassinato de Eloá foram transmitidos ao vivo, pela maioria das emissoras de TV do Brasil, entrando para os anais das histórias de crimes no país e se tornando um acontecimento midiático (QUÉRÉ, 2005). De acordo com Quéré, os eventos se tornam “O acontecimento” porque de alguma forma eles interrompem nossa rotina, se fazem notar por aqueles a quem ele acontece, e quem fica sabendo desse acontecimento. Uma ocorrência que não nos afeta não se torna um acontecimento no domínio da nossa vida. Esse primeiro aspecto nos permite uma conclusão importante: os acontecimentos se inserem em nossa experiência, na experiência humana, no âmbito de nossa vivência. Nesse sentido, a transmissão ao vivo do sequestro e cárcere privado de duas meninas e o posterior assassinato

3 Todas as informações referentes ao caso Eloá Pimentel foram capitadas no documentário “Quem matou Eloá?” de Livia Perez e da matéria do portal de notícias G1 “Após 10 anos do Caso Eloá, Justiça condena Estado de SP a indenizar Nayara em R\$ 150 mil” escrita por Glauco Araújo e Kleber Tomaz.

de uma delas podem ser considerados um acontecimento na vida de milhões de brasileiros que assistiam esses casos. Eu mesma, à época com 17 anos, me lembro vividamente dos fatos transmitidos, sendo um acontecimento para mim também.

Em 2008, quase todos os programas de atualidades da televisão brasileira transmitiram o sequestro, com alguns apresentadores na gana pelo “furo” ligando para Lindemberg e perguntando se ele estava vendo os programas e pedindo atualizações sobre o estado de Eloá e Nayara. Os apresentadores destacavam sempre o “amor” que o assassino dizia sentir pela jovem e de como ele estava cometendo uma “loucura” que supostamente seria justificada por esses sentimentos. Lindemberg teve a possibilidade de acompanhar tudo em tempo real, porque tudo estava sendo transmitido ao vivo por quase todas as redes de televisão brasileira, inclusive os movimentos que seriam feitos pelas forças policiais.

Segundo a imprensa, e o que muitos apresentadores e jornalistas justificaram à época, toda essa atuação midiática seria legitimada pelo interesse público que a sociedade teria pelo caso. Contudo aqui nos questionamos, interesse público para quem? A quem interessa ver uma jovem ser assassinada por seu ex-namorado e o estado omissivo que deveria protegê-la? Eloá sofreu uma série de violações de direitos humanos, que foram televisionados para o Brasil todo.

A questão da raça e da classe social de Eloá também tiveram muita relevância para a cobertura jornalística e para a atuação da polícia. Eloá era uma jovem negra (ou parda⁴) moradora de um conjunto habitacional na periferia de Santo André. Não houve cuidado da imprensa de maneira geral para uma cobertura ética do caso, ou mesmo uma tentativa de proteger e preservar a imagem da jovem que era menor de idade e deveria estar resguardada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) brasileiro que garante proteção integral à criança e ao adolescente de tal forma que, não só sua integridade física fique a salvo, mas também sua imagem e identidade.

A mídia não paira isenta, acima da sociedade. Ao contrário. A realidade social, com suas relações de poder e suas interseccionalidades, contribui para reforçar as desiguais possibilidades de participação no debate público e de serem ouvidas. A mídia também seleciona, interdita ou inclui falas nesse debate. Assim, em uma sociedade marcada pelas estratificações e misoginias, a palavra da mulher tem menor valor do que a palavra masculina, diante de um Estado patriarcalizado e repatriarcalizado. (THURLER, s/p. 2017)

A mídia, durante todo momento, dava voz a Lindemberg que culpava Eloá por seu próprio calvário. Ele seria um homem apaixonado e ela não queria mais um relacionamento com ele; logo, ela seria a culpada por toda a situação ao qual estava sendo submetida forçosamente; ela não tinha direito de escolher se queira ou não mais o relacionamento com aquele homem e a imprensa dava repercussão

4 Como raça é autodeclarada no Brasil não é possível afirmar com certeza como Eloá se declarava ainda em vida, por essa razão os parênteses.

ao discurso de Lindemberg. A mídia, nesse sentido, é pedagógica, porque consegue pautar e repercutir pensamentos e ideologias acerca de assuntos sociais e “ensinar” a maneira “certa” de se agir sobre eles.

Quando a cobertura de crime de feminicídio volta o discurso da razão desse crime para que ele seja compreendido como “um crime passional, um crime de amor”, a imprensa acaba por reforçar a violência moral para todas as mulheres. O discurso subentendido nessa mensagem é que as mulheres não podem escolher com quem elas vão se relacionar, e devem suportar relacionamentos abusivos, para o bem do sentimento dos homens, para evitar o sofrimento dos homens, mesmo que elas estejam sofrendo.

E as mulheres que não seguirem as normas pré-estabelecidas de moral e comportamento (principalmente comportamento sexual) estão sujeitas a serem assassinadas, privadas do direito à vida. Principalmente as negras e mais pobres, da mesma forma como aconteceu com Eloá. Grande parte dos homicídios de mulheres ainda decorre de relações íntimas com homens com quem mantiveram alguma relação afetiva e/ou sexual – relações que muitas vezes a vítima tentava romper e/ou com vivência extremamente violenta (GOMES, 2010).

Ao mesmo tempo que passa valores específicos para o comportamento das mulheres, esse tipo de cobertura justifica a atuação violenta dos homens. Pois, segundo a imprensa, quais são as motivações que levam os homens a cometerem os assassinatos de mulheres. “Por amor?”. A imprensa qualifica assim que os sentimentos dos homens valem mais que a vida das mulheres. A vida psíquica dos homens é utilizada como pretexto para o assassinato de mulheres pela mídia, e é inclusive, um dispositivo de controle institucionalizado no quadro surrealista do Brasil contemporâneo. O argumento de “legítima defesa da honra” em teoria não mais se apresenta em nosso código jurídico, mas em termos de jurisprudência continua vivo e forte no ideário jurídico do país. (LODETTI, MONTE, LAGO & TONELI, p 5 .2018).

4 | CASO ELAINE: LIBERDADE E VINGANÇA EM TERMOS DE GÊNERO

A paisagista Elaine Caparroz⁵, de 55 anos a época, era descrita como uma mulher bonita, ativa e independente, ou pelo menos era antes da sessão de tortura e agressão a qual foi submetida pelo o lutador de jiu-jítsu Vinícius Batista Serra, de 27 anos e 1,90m. Ela foi dopada e covardemente espancada por Vinícius, faixa marrom na modalidade de luta, e que por falta de melhor terminologia “queria matá-la na porrada”. Uma agressão covarde e que só não resultou na morte de Elaine por conta da atuação do porteiro do prédio que impediu o agressor de sair do local,

5 Todas as informações referentes ao caso Elaine Caparroz foram acessadas por meio das matérias: “Elaine Caparroz: “Por favor, não me deixe morrer””, escrita por Patricia Zaidan para o portal de notícias El Pais Brasil, e “Em busca da virilidade reinventada” da mesma jornalista.

dos vizinhos que acionaram a polícia e deram os primeiros socorros a ela até a assistência chegar.

Diferentemente de Eloá, Elaine é uma mulher branca, mais velha e com melhores condições socioeconômicas. Elaine é uma mulher com qualificações acadêmicas, já morou fora do Brasil, e a agressão aconteceu em um apartamento que ela alugava em uma das principais vias da Barra da Tijuca, zona Oeste do Rio de Janeiro. Todos esses dados socioeconômicos foram levantados pelas narrativas jornalísticas, e provavelmente fizeram diferença no desfecho da história, por conta da comunidade ao redor dessa mulher, como também o tratamento que foi dado a imagem de Elaine pela mídia. Seu corpo ferido ainda foi exposto por vários meios de comunicação, mas houve um cuidado na tentativa de resguardar sua identidade enquanto vítima, e a ela foi concedido local de fala por alguns meios midiáticos.

Vinicius espancou Elaine durante pelo menos cinco horas. Acredita-se que ele tenha a dopado antes de agredi-la. Ele não usou armas de fogo ou armas brancas para cometer o crime, mas a matéria descreve em detalhes o nível de agressão ao qual ela foi submetida, chegando inclusive a comparar os ferimentos causados pelo agressor a um acidente automobilístico sem cinto de segurança. Segato (2006) pondera a necessidade de colocar em evidência o *modus operandi* do agressor, com vista a elaborar uma caracterização mais precisa sobre as várias modalidades de assassinato de mulheres. No geral, os crimes são descritos pelas formas mais cruéis do uso de violência, em que a intenção não é apenas matar a mulher, mas também acabar com a sua identidade.

Várias chamadas da imprensa, à época, destacaram o fato de Elaine ser uma mulher mais velha e estar tentando um relacionamento afetivo/sexual com um homem mais jovem, e de eles terem se conhecido por meio de redes sociais. Percebe-se que o elemento “passional” e o elemento “sexual” ainda persistem na cobertura midiática do caso. A mensagem que a mídia insiste em transmitir é a de que as mulheres são culpadas por suas agressões e mortes, ou por se envolverem amorosamente com os homens errados, o por tentar desfrutar de liberdades sexuais que não as pertencem.

Entretanto, o caso de Elaine se difere enormemente do de Eloá por conta da atuação da polícia e das pessoas da comunidade no momento da agressão. A imprensa deu espaço para a voz de Elaine, por conta da atuação estratégica de institutos de combate a violência contra as mulheres que fizeram reportagens e de certa maneira tentaram pautar os meios de comunicação nos seguintes sentidos: para mover o foco das matérias que se baseavam na narrativa de uma mulher mais velha que recebe um rapaz mais novo em casa, para o fato da agressão em si, do quanto essa agressão é terrível e ultrajante, e em como é fundamental que a sociedade se mobilize e interfira em casos de violência doméstica e de agressões em situação íntima. Elaine também tem voz por ser uma sobrevivente, e querer falar

e conscientizar outras pessoas sobre a temática da violência contra as mulheres.

Esse caso específico ainda levanta que a violência feminicida não é sentida somente pela mulher que foi assassinada ou sofreu a tentativa de feminicídio, é também sentida pela família, que de alguma forma é responsabilizada socialmente por não ter “cuidado” e “vigiado” aquela mulher, mesmo quando a mulher é uma pessoa independente que vive sozinha. Em relação as figuras masculinas que fazem parte da vida de Elaine, principalmente seu filho, a mídia percebeu que eles em nenhum momento hesitaram de defende-la publicamente em todas questões levantadas, principalmente no direito de ir e vir e de se relacionar com os homens que ela bem entendesse, e que todos os homens em todas as declarações públicas ressaltavam a gravidade enorme da tentativa de feminicídio que ela sofreu, além de não pregarem a favor da morte do agressor, e sim de punições em nível da justiça, contrariando assim expectativas de uma masculinidade violenta.

5 | CONSIDERAÇÕES

A lei do feminicídio é relativamente nova no Brasil, data de 2015, e ainda não se sabe se todos os casos de violência de gênero estão sendo devidamente registrados pelas autoridades. No entanto, o fato de quase 40% das mortes femininas terem ocorrido dentro de casa faz com que sejam grandes a possibilidade com que esses números pelo menos se aproximem da realidade nacional. Esses dados e os dois casos cobertos pela mídia, como vários outros, nos apresentam de forma bastante explícita, que as relações de subordinação das mulheres para os homens ainda estão profundamente enraizadas em nossa sociedade.

É possível perceber que poucos casos de homicídio de mulheres ganham repercussão nos meios de comunicação brasileiros. E geralmente não há o uso do termo feminicídio, e o crime é muito mais divulgado que a da condenação de suspeitos. A imprensa, de maneira geral, ainda retrata os feminicídios como crimes íntimos, crimes que acontecem no âmbito de casa, no espaço privado, e só ganham repercussão publica os casos muito específicos, em que a mídia pode lucrar com a exposição dos corpos violentados (LAKY de SOUZA, 2016).

A elevada incidência dessas práticas sobre mulheres adolescentes e jovens revela que se trata quer de rotinas violentas que se geram no âmbito do ambiente familiar por desgaste das relações matrimoniais, quer de ocorrências no início das relações afetivas e que tendem a desdobrar-se e a persistir no decorrer dos relacionamentos. Este cenário, somado à reincidência de agressões sobre as mulheres, aponta para uma apetência assimilada nos homens para se relacionarem de forma violenta com as mulheres, e para uma condição de sistemática agressão de mulheres em contextos de relação conhecidos. (LAKY de SOUZA, p 19. 2016)

Se a mídia percebe e publicita esses casos de violência como coisas esporádicas, a violência letal contra as mulheres dilui-se na representação da violência cotidiana. Entretanto, esses casos cobertos pela imprensa representam, numa leitura mais articulada com os estudos sobre feminicídios, práticas se apresentam como sistemáticas e reiteradas que se conjugam em contextos de ódio e represália generalizada sobre as mulheres. Os meios de comunicação ainda concentram o foco no caráter factual da notícia como idade, e estado civil, e em alguns casos existe ainda a busca de motivação para o crime no comportamento da vítima, como aconteceu com Eloá e Elaine, ou seja, uma revitimação da mulher já assassinada.

De acordo com as pesquisadoras Lourdes Maria Bandeira, Larissa Vieira e Sofia Guimarães Campos (2017), em sua análise qualitativa das notícias sobre feminicídio nas cinco regiões do país, apontam como as informações midiáticas constroem as personagens dos crimes e a exposição dos corpos das mulheres diante um *modus operandi* violento. O primeiro ponto que as autoras destacam é a construção de um ‘perfil sócio demográfico’ dessas mulheres, para o qual as informações são escassas. Informações elementares ou de características físicas, como por exemplo a raça/cor destas mulheres quase nunca é informada, apesar de podemos perceber, acompanhando os casos de feminicídio na mídia, que os casos que recebem maior destaque na mídia, geralmente as matérias estampam fotos são de mulheres brancas. A disparidade entre os registros de assassinatos de mulheres brancas e não brancas nos mostra que as mulheres negras, pardas ou indígenas ainda são as que mais precisam de políticas públicas de combate a violência direcionada contra elas, e que muitas vezes essa violência parte da própria cobertura midiática, como aconteceu no caso de Eloá, ou acontece o apagamento das características das vítimas durante a cobertura.

É percebido que a imprensa apresenta os feminicídios como crimes ocorridos entre casais (ex-namorados, namorados, maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros); ou seja, entre aqueles/as que mantém [ou mantiveram] relações interpessoais, e que tem [ou tiveram] algum tipo de vínculo (BANDEIRA, VIEIRA, GUIMARÃES CAMPOS, 2013, p. 8). Assim como pontuam essas autoras, a nossa percepção é a de que a maioria das notícias coloca em destaque o homem, o agressor, sujeito da ação contra uma companheira/mulher/namorada/esposa (BANDEIRA, VIEIRA, GUIMARÃES CAMPOS, 2013, p. 9). Assim, segundo a imprensa brasileira, as mulheres estão sendo assassinadas por algum problema familiar, íntimo ou doméstico; e não simplesmente porque não querem continuar uma relação ou por desafiar a vontade de um homem que acredita ter o controle sobre a vida daquela mulher. Para tratar os fatos, muitas narrativas utilizam termos como “crime”, “crime brutal”, “caso”, entre outros, sem evidenciar a dimensão dos assassinatos violentos

de mulheres os nomeando sobre o que eles são, feminicídios.

Nesses processos a visibilidade midiática é disputada para construção de um capital político. A mídia tornou-se espaço de produção de reconhecimento que contribui para reafirmar ou contestar as estratificações movendo a vida social. Dessa forma, ressaltamos o caráter pedagógico da mídia, não na medida que “influencia”, mas faz a mediação, pauta e orienta o debate público. A imprensa tem o poder de nomear, o poder de dizer o que é importante e de orientar no imaginário social, o que deve ser considerado como grave, como crime ou não. Os casos midiáticos analisados neste trabalho e os dados levantados são também confirmações de uma sociedade misógina que não se importa em noticiar todos os dias as mortes anunciadas e repetidas incontáveis vezes. A compreensão da existência de uma violência feminicida permite ampliar a compreensão sobre as diversas e constantes situações de violência, nas quais milhões de mulheres são submetidas ao longo de suas vidas, por isso a importância de uma mídia pautada na igualdade de gêneros e nas prerrogativas dos direitos fundamentais a todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - **Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio**, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BANDEIRA, M Lourdes. VIEIRA, Larissa. CAMPOS, G Sofia. **O enquadramento midiático dos crimes de feminicídio no Brasil: O padrão de reprodução e a invisibilidade de mulheres assassinadas**. XXXI Congresso ALAS Uruguay. Montevideo, 8 a 3 dez 2017.

BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Editora Vozes, 2003.

BEJARANO CELAYA, Margarita. **El feminicidio es sólo la punta del iceberg**. Región y sociedad [online]. vol.26, n.especial4, pp.13-44, 2014

FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia**. Galaxia. São Paulo, [Online], n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GOMES, Izabel Solyszko. **Feminicídios: um longo debate**. Revista Estudos Feministas 26(2), Florianópolis, 2017.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. 4ª edição, São Paulo, Editora Ática, 1993.

LODETTI, Alex Simon; MONTE, Livia Espíndola; LAGO, Mara Coelho de Souza e TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **A vida psíquica do homem e a morte de mulheres**. Psicol. Soc. [online]. vol.30, 2018.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: a ascensão do Sul** – Progresso Humano num mundo diversificado. ONU: Nova York, 2013.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75. 2005.

REIS, Teixeira Alane, COSTA, Leite Naiara. **Feminicídio e Mídia: O Assassino Nunca é o Único que Mata**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Juazeiro–BA– 5 a 7 jul 2018.

SEGATO, Rita Laura. **¿Qué es un feminicidio? Notas para un debate emergente**. Série Antropologia n° 401, UNB, Brasília, 2006.

SOUZA, T T Laky. **Feminicídio: Uma leitura a partir da perspectiva feminista**. Revista ex æquo, n.º 34, pp. 13-29. 2016.

RUSSELL, Diana e CAPUTI, Jane. **Femicide: The Politics of Women Killing**. Twayne Publisher, Nova Iorque, 1992.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abbas kiarostami 103, 104, 105, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115
Alike 277, 279, 280, 281, 282, 283
Análise de conteúdo híbrida 89, 90
Análise do discurso 76, 79, 82
Assédio 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 258, 259
Assistência social 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62
Ativismo online 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 195

B

Binge watching 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228

C

Chantal akerman 230, 231, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240
Cibercultura 4, 87, 101, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 157, 182, 183, 267, 276, 285
Cinema intelectual 230, 231, 232, 235, 239
Cinema iraniano 103, 104, 109, 111, 114
Close reading 277, 280, 284
Clube da alice 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124
Compras online 116, 121
Comunicação 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 27, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 113, 116, 119, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 194, 195, 196, 197, 202, 213, 215, 216, 222, 223, 229, 241, 248, 249, 253, 261, 262, 264, 266, 274, 278, 279, 283, 285
Comunicação mercadológica 92, 126, 127, 135, 137
Comunicação organizacional 89, 90, 91, 101, 103, 136, 137, 167, 184, 195
Comunicação política 61, 103
Conar 152, 153, 154
Conhecimento 18, 19, 23, 25, 31, 38, 41, 45, 55, 72, 76, 79, 80, 89, 90, 91, 93, 97, 100, 127, 142, 143, 144, 147, 150, 171, 172, 173, 174, 176, 182, 188, 198, 208, 210, 222, 255, 261, 275, 277, 285
Consumidor 2, 7, 30, 127, 128, 141, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 154, 195, 221, 265, 266, 267, 275, 285
Consumo 5, 7, 48, 58, 70, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 201, 212, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 245, 251, 257, 261, 264, 267, 268, 271, 275, 285
Convergência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 40, 42, 47, 48, 49, 50, 195, 264, 265, 266, 267, 272, 275, 276

Cortes na educação 76, 79, 82, 83, 84, 85
Cultura popular 126, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 138, 241, 245, 275
Curitiba 75, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 151, 195, 207

D

Democracia 52, 53, 57, 60, 61, 65, 69, 77, 78, 144, 158, 161, 186, 205
Dogmatismo 14
Dogmatização na linguagem 14, 15, 25

E

Engenharia genética 169, 170, 179
Ética 33, 55, 65, 152, 153, 159, 169, 178, 179, 181, 182, 203

F

Facebook 6, 56, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 98, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 124, 149, 150, 164, 251, 252, 254, 262, 263
Ficção seriada 217, 218, 264, 265, 266, 267, 268, 271
Folkcomunicação 126, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 139
Folkmarketing 126, 128, 130, 131, 135, 136, 137, 139
Forma e conteúdo 30, 230, 231, 232, 234, 235, 237, 238, 239, 242
Fotografia 30, 198, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 278
Fotografia de família 207, 208, 209, 210, 213, 215

G

Gaby amarantos 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250
Gaúchazh 1, 5, 6, 8, 9, 12

H

Habitus 135, 207, 209, 210, 213, 214, 215
Hashtag 184
He jiankui 169, 170, 177, 178
Humans of New York 251, 252, 253, 254, 256, 257, 261, 262

I

Identidades 44, 86, 144, 180, 187, 207, 213, 248, 249, 250
Imaginário 3, 30, 32, 38, 91, 196, 199, 201, 212, 216, 242, 278
Interatividade 3, 46, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 165, 172, 177, 178, 183, 277, 279, 280, 281, 282, 283

J

Jornalismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 50, 51, 133, 134, 196, 206, 251, 252, 253, 255, 256, 262, 285
Jurunas 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

L

Lei de acesso à informação 63, 64, 65, 68, 69, 70

M

Manifestação artística cultural 103

Maratona 217, 221, 224, 228

Mídia 4, 5, 12, 14, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 50, 57, 60, 77, 82, 86, 88, 101, 118, 132, 135, 141, 143, 147, 150, 155, 159, 162, 163, 168, 189, 195, 205, 218, 221, 222, 239, 241, 246, 248, 250, 264, 266, 267, 277, 278, 279, 283, 285

Mitologia 196, 203

N

Narrativa 16, 18, 35, 109, 148, 212, 217, 226, 234, 246, 251, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262, 264, 265, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 279, 281, 283

P

Parintins 126, 127, 128, 129, 131, 132, 137, 138

Pesquisa exploratória 217, 228

Popularização da ciência 169, 170, 173, 174, 175, 176, 181, 182

Pós-verdade 196, 197, 198, 206

Produção de conteúdo 3, 7, 8, 40, 41, 45, 47, 48, 49, 50, 89, 101, 267

Publicidade infantil 152

R

Rádio 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 72, 96, 171, 266

Redações convergentes 40, 41, 51

Regionalização 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51

Residência hill 264, 265, 268, 269, 270, 271, 275, 276

S

Serguei eisenstein 230, 239

Sites de redes sociais 76, 79, 87

Streaming 217, 220, 222, 223, 229, 264, 265, 266, 267, 268, 271, 275

T

Tecnologia 6, 45, 65, 67, 70, 74, 88, 98, 124, 126, 127, 142, 143, 151, 158, 171, 172, 174, 176, 178, 180, 182, 183, 210, 212, 239, 241, 242, 244, 248, 266, 268, 278, 279

Transparência 57, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 159, 170

Twitter 72, 76, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 116, 150, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 204, 254

U

Universidades federais mineiras 89

Uso e gratificações 217, 218

V

Violência 27, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 95, 181, 187, 192, 200, 254, 258

Visibilidade 31, 38, 60, 89, 90, 91, 93, 97, 100, 101, 109, 184, 185, 188, 195

 **Atena**
Editora

2 0 2 0